



# A propósito dos fundamentos doutrinários da formação sacerdotal nos tempos modernos

In connection with the doctrinal bases in priests' education during the modern times

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto  
Universidade Tiradentes

## Resumo

Ao longo da história da Igreja Católica Apostólica Romana, o sacerdócio não pressupôs, necessariamente, estudo e formação. Foi somente com o Concílio de Trento (1545-1563), que ficou determinada uma preparação formal, em lugar apropriado (Seminário), para os que quisessem seguir a carreira eclesial. Nesse sentido, ao eleger, como objeto de análise, a atuação da Igreja para formação de seus quadros, este artigo busca, pelo método comparativo aplicado à educação, compreender os fundamentos doutrinários que deram sustentação à formação sacerdotal ministrada nos seminários tridentinos que tinham por finalidade a constituição de um clero douto e santo.

Palavras-chave: Formação sacerdotal. Igreja Católica Apostólica Romana. Padre. Seminário.

## Abstract

All along the history of the Roman Catholic Apostolic Church, the priesthood did not necessarily presuppose study and education. It was only with the Council of Trent, 1545-1563, that the formal preparation at a Seminary became a requirement for those who wanted to follow a career in the Church. In that regard, choosing as the objective of analysis the performance of the Church to educate its workers, the aim of this article is to seek, through the comparative method applied to education, an understanding of the doctrinal bases that provided support to the priests' education given at the Seminaries at Trent that aimed to constitute an educated and holy clergy.

Keywords: Priest Education. Roman Catholic Apostolic Church. Priest. Seminary.



O padre, presbítero, ou sacerdote é o líder espiritual de uma comunidade que dela participa não somente enquanto pastor, ora curando as almas, ora administrando a Igreja, mas como elo entre o homem e o transcendental. Ao longo da história da Igreja Católica Apostólica Romana, vários foram os que assumiram a função de padre, sem que para isso fossem necessariamente preparados. Somente a partir de 1563, ano do término do Concílio de Trento iniciado em 1545, ficou determinada uma preparação formal, em lugar apropriado, para os que quisessem seguir a carreira eclesiástica. Nesse sentido, ao eleger, como objeto de análise, a atuação da Igreja para formação de seus quadros, este artigo busca, pelo método comparativo aplicado à educação, compreender os fundamentos doutrinários que deram sustentação à formação sacerdotal ministrada nos seminários tridentinos que tinham por finalidade a constituição de um clero douto e santo. Afinal,

Observar o que fenômenos aparentemente diferentes têm em comum, entretanto, é, sem a menor dúvida, uma virtude intelectual tão valiosa como observar o quanto fenômenos aparentemente similares diferem entre si. (BURKE, 2002, p. 41).

Foi no Ano I da era chamada cristã que nasceu Jesus, filho de Maria e do marceneiro José, ambos moradores da cidade de Nazaré, na região da Galileia. A história eclesiástica nos conta que José era o pai adotivo e que o verdadeiro gerador de Jesus era Deus Pai, todo poderoso, o criador do Céu e da Terra e mais que isso, na verdade, ele era o próprio Deus, que, por sua vez, é não só o Pai e o Filho, mais é também o Espírito Santo. De forma dogmática, essa "verdade" perdura até hoje sob o signo da "trindade".

Jesus, segundo os cristãos, é a personificação de Deus na terra; veio para salvar a humanidade que estava prestes a arruinar-se, e esse, como um pai que atende e socorre a um filho, entregou sua vida para a "remissão dos pecados", e assim foi "crucificado, morto e sepultado". Durante sua permanência na terra, recrutou muitos discípulos e dentre eles escolheu doze que seriam seus apóstolos. Eram homens que acreditavam ser ele, o filho de Deus e, por isso, o acompanhavam em suas missões, levando o nome de Deus-Pai em todos os cantos e evangelizando todos os que se dispusessem. Quando de sua "morte", os apóstolos reuniram-se no dia de Pentecostes (dia comemorativo ao resultado das colheitas), e, sob o comando do "Espírito Santo", fundaram a "Igreja de Cristo" que teve, na ressurreição do mesmo (ao terceiro



dia), o argumento para sua pregação querigmática. Foi de tal modo, para os “católicos”, que começou a Igreja Católica Apostólica Romana. Entendendo Igreja como as das cartas de Paulo – “reunião” –. O termo católica quer dizer universal, para todos. Apostólica, porque dos apóstolos, o nome Romana vem *a posteriori* para designar o local da sede dessa reunião universal que é Roma.

Embora iniciada com a pregação de Jesus, a “Igreja Católica” foi edificada sob a liderança de Pedro e dos demais apóstolos e, ao longo dos tempos, foi dirigida por seus sucessores, num total de 279 “chefes” da Igreja (os Papas). Várias crises a solaparam, mas nenhuma a fez declinar. A Igreja Católica Apostólica Romana tornou-se uma instituição poderosa, inclusive politicamente, mantendo relações com vários Estados Nacionais e instituindo o seu próprio, o Estado do Vaticano.

De acordo com o Livro de Êxodo, atribuído a Moisés, os sacerdotes –antes da “chegada” do Cristo– eram os líderes religiosos dos judeus. Seu propósito geral era servir de mediadores entre Deus e seu povo, os israelitas, bem como de juiz em casos considerados “difíceis”. Nesse momento da história, era exigido que os sacerdotes fossem descendentes de Aarão pertencente à tribo de Levi, a mesma tribo a que Moisés, considerado o primeiro de todos os sacerdotes do “Deus Altíssimo”, fazia parte. Quanto às suas responsabilidades sacerdotais, incluía cuidar do templo e dos objetos santos dentro dele, fazendo sacrifícios em benefício deles mesmos e do povo, além de preservar e ensinar-lhes a lei. (BÍBLIA SAGRADA, 1989).

No Novo Testamento, livro escrito a partir da presença do Cristo e, conseqüentemente, da Igreja Católica, a Epístola dirigida aos Hebreus explica que o sacerdócio atribuído aos descendentes da tribo de Levi foi transferido para Jesus Cristo, oriundo da tribo de Judá. Isso ocorreu, sobretudo, porque o “Sumo Sacerdote” Jesus Cristo foi eleito não por “[...] uma lei humana, mas por sua imortalidade.” (BÍBLIA SAGRADA, 1989, p. 1531). Ademais, os sacerdotes levíticos eram homens mortais, o que não permitia o sacerdócio eterno, e conseqüentemente, a interseção eterna como garantia Jesus Cristo ou, como creem, o próprio Deus. O sacerdote também deveria ter maneiras de ser distintas dos demais homens. Sobre isso, nos informa a Epístola aos Hebreus 17: 26: 27:

Tal é, com efeito, o Pontífice que nos convinha: santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e elevado além dos céus,



que não tem necessidade, como os outros sumos-sacerdotes, de oferecer todos os dias sacrifícios, primeiro pelos pecados próprios, depois pelos do povo; pois isto o fez de uma só vez para sempre, oferecendo-se a si mesmo. (BIBLIA SAGRADA, 1989, p. 1532).

Estava, desse modo, posto o perfil moral do Sumo Sacerdote, que, daquele momento em diante, serviria como modelo para os que assim quisessem seguir a doutrina católica, entendida como o conjunto dos dogmas e verdades da fé, dos ensinamentos e leis da Igreja. Sob esse novo contexto ou “nova aliança”, em que Cristo é a cabeça da Igreja, não havia restrição ao matrimônio ou mesmo de gênero. As “escrituras” não revelam o sacerdócio como sendo exclusivo de homem ou mulher, mas àquele a quem eram dadas responsabilidades de fazer missa, ministrar sacramentos e supervisionar a obra de uma congregação local. Todo homem ou mulher que se tornasse um cristão poderia ser considerado um sacerdote aos “olhos” de Deus.

Ao longo dos tempos, a “Igreja” foi determinando o lugar destinado ao homem e excluindo a mulher da prática sacerdotal. De acordo com a lógica católica, os primeiros sucessores de Cristo foram os próprios apóstolos, os seguidores de Jesus, ao mesmo tempo que este pregava a “boa nova” ou a paz entre os homens. Seus sucessores foram os “padres apóstolos” (LIÉBAERT, 2000), conhecidos, assim, por terem convivido e sido discípulos dos primeiros. À época dos apóstolos, início do século I da era cristã, a Igreja sedimentava-se enquanto pregadora da salvação da alma e do espírito, à época dos “padres apóstolos”, entre a segunda metade do século I e o final do século II e já se caracterizava pela diversidade linguística: grego, aramaico (ou siríaco) e latim e pela diversidade cultural: judaísmo rabínico, judaísmo helenizado e cultura greco-romana.

A “formação” dos apóstolos, digamos, não se diferenciava dos demais cristãos. Dentre eles, encontravam-se pescadores (André, Pedro, Thiago Maior, João); agricultores (Tiago Menor, Judas Tadeu); cobrador de impostos (Mateus); carpinteiro (Tomé) e até um contador (Judas), sem contar aqueles de ocupação não definida (Bartolomeu, Filipe, e Simão). Esses homens não eram escolhidos por seus conhecimentos filosóficos e mesmo teológicos, nem mesmo por suas qualidades intelectuais, mas pelo que a Igreja intitulou de “Carisma”, ou dom, ou graça, dado por Deus a alguém para que este faça o bem aos outros homens, ao mundo e à própria Igreja. Uma espécie de “vocação nata”. No que concerne à instrução espiritual dos apóstolos, esta se dava



pelo contato com o líder Jesus que os convocou diretamente e os ensinou, com seus exemplos e suas pregações, o caminho da salvação e da vida ascética.

Aos apóstolos, após o anúncio da ressurreição de Jesus, vão se juntando outros na pregação querigmática e, assim, a história conhece Paulo, Barnabé, Tiago, Timóteo, Tito, Lucas, Marcos dentre outros que, através de Paulo, ficaram registrados no que se conhece como os livros que compõem, na Bíblia, o Novo Testamento. Do contato com estes e aqueles, surgem os chamados “padres apóstolos” que foram sendo formados pelo convívio, pelos exemplos e mesmo pelos ensinamentos dos primeiros. Por serem homens mais “intelectualizados”, estudiosos da Filosofia, foram atribuindo à Igreja um caráter mais institucional, mais hierárquico. Afinal, “Ela não começa uma instituição, ela vai se instituindo.” (ALMEIDA, 2007, p. 43).

A essa época encontramos Inácio de Antioquia; Clemente Romano (Papa São Clemente I), Papias de Hierápolis, Policarpo de Esmirna, Pastor de Hermas, bem como Aristides e Atenágoras de Atenas, Teófilo de Antioquia, Justino, o teólogo leigo e filósofo cristão e Ireneu de Lião que, com seus fundamentos acerca do judaísmo, do helenismo e da gnose, traçaram o caminho filosófico e teológico seguido pela Igreja que vinha se estruturando.

186

Foi, nesse século II, que foram fundadas ou oficialmente instituídas as primeiras Escolas Catequéticas. A primeira foi na cidade de Alexandria (Egito), conhecida pelos seus estudos e principalmente pela sua biblioteca, onde a filosofia pagã e judaica florescia, produzindo ocasião para que a comunidade cristã organizasse ali “um centro de instrucción teológica”. Embora não se saiba ao certo quando se iniciou “[...] consta que hacia el año 180 tomó un carácter más científico, quando se encargo de su dirección Panteno, filósofo estoico converso.” (LLORCA, 1951, p. 87)<sup>1</sup>. Essa Escola teve como ramificação a Escola de Cesareia (Israel) fundada já no século III por Orígenes que havia sido, assim como Tito Flávio Clemente, um dos diretores da Escola de Alexandria. De acordo com Llorca (1951, p. 87), tais escolas “[...] se distinguían por su tendéncia a la interpretación alegórica de la Escritura, en la que buscaban siempre, fuera del sentido literal, otro más profundo y misterioso.”<sup>2</sup>

Ainda segundo Llorca (1951), completando a tríade das grandes Escolas Catequéticas, encontra-se a Escola de Antioquia (atual Antaquia na Turquia) que, embora se assemelhasse às outras no conteúdo, pois as três privilegiavam a exegese bíblica, diferenciava-se quanto ao método, pois a Escola



de Antioquia era mais realista e literal enquanto que as outras duas eram adeptas aos sentidos rebuscados e alegóricos. Por certo, outras *personas*, tão importantes para a história do cristianismo quanto as já citadas, fundaram outras Escolas, ao longo dos tempos, a exemplo de São Basílio, o Grande, que criou a Escola da Capadócia (atual Turquia) e de São Efrén el Siro que esteve à frente da Escola de Edessa. Baseando-se nos estudos de Sirinelli, pode-se dizer que

Através destes fenômenos de circulação e de transmissão, ficamos naturalmente no centro da história cultural. Na condição, todavia, de não perdermos de vista que o meio constituído por estas elites culturais é um organismo vivo, cuja densidade estatística e composição – e, portanto, na confluência destes dois parâmetros, a morfologia – evoluíram no tempo. (SIRINELLI, 1997, p. 265-267).

De modo que, já no século III, segundo Pierrard (2002), percebe-se, sobretudo, a propagação do pensamento patrístico, ou da filosofia cristã elaborada pelos “padres da Igreja”. É nesse século que a Igreja se expande por toda a parte: Ásia, Síria, delta e vale do Nilo, Cirenaica (atual Líbia, no norte da África), Ilíria (hoje Sérvia, Montenegro, norte da Albânia, Bósnia-Herzegovina e Croácia), Hispânia (equivale hoje a toda Península Ibérica composta por Portugal, Espanha, Andorra e Gibraltar), Itália Central, Sul da Gália, Grã Bretanha, Sicília e Norte da África que agregou, em Cartago, uma centena de Bispos e realizou, um Concílio, por volta de 235.

Pertencem a esse século, tanto as origens do cristianismo latino, com destaque para Tertuliano de Cartago que assumira o papel de apologista e filósofo cristão, quanto o grande impulso intelectual dado aos padres alexandrinos que tem em Orígenes de Alexandria a principal expressão. Os estudos de Liébaert (2000) revelam que tanto os padres latinos como os alexandrinos se distinguiram por uma formação clássica que começava ainda em casa, pelos ensinamentos da escritura sagrada e da doutrina cristã e, depois, pelas disciplinas helênicas e pela filosofia de tradição platônica ministrada nas Escolas Catequéticas.

Quando comparado ao século anterior, o século IV distingue-se mais que, por outros fatos, pela imbricação política da Igreja, revelada pela conversão do Imperador romano Constantino (272-337), o Grande, ao cristianismo. A conversão de Constantino mudou, drasticamente, o curso da Igreja. Embora



ele tenha dado liberdade ao culto, submeteu a Igreja católica ao poder temporal, na medida em que transformou o catolicismo em religião oficial do Império, concedendo aos seus membros privilégios, riquezas e poder que acabou confundido-os quanto aos seus propósitos. Na análise de São Jerônimo, doutor da Igreja, autor da Vulgata (publicada no ano 400): “Desde que a Igreja tem imperadores cristãos, ela certamente cresceu em poder e riqueza, mas diminuiu na sua força e no espírito.” (JERÔNIMO apud ALMEIDA, 2007, p. 70).

Um outro fato tão importante quanto esse e que também marcou, decisivamente, o catolicismo para sempre foi a difusão do monaquismo surgido no Egito, com Santo Antão, ainda no século III. A vida monástica aparecia como alternativa àqueles que viam no monastério, na reclusão, a melhor maneira de conhecer o transcendental. Esse século IV é também considerado o “século de ouro dos padres”. Assim chamado, pois, a essa época, quase todos eles pertenciam à elite intelectual da sociedade que fora sendo construída graças aos aprendizados oferecidos nas sedes episcopais e cenobiais, através de suas Escolas Catequéticas e práticas monacais.

A formação clerical dos futuros sacerdotes, embora não fosse dada em lugar único, era notoriamente semelhante. Constava das primeiras lições, dadas ainda pelos pais, depois eram enviados para completar os estudos com mestres renomados, nas já citadas Alexandria, Antioquia, Cesaréia, Capadócia e Edessa e mesmo em Constantinopla e Atenas, enveredando, alguns deles, para o monastério ou Escolas Monacais, onde exercitavam as práticas de oração ininterrupta, estudo da Escritura, trabalhos manuais, bem como aprendiam a alimentar-se, a vestir-se e a dormir, com bastante austeridade.

Foi, nesse século, que se destacaram nomes como Eusébio de Cesareia, Atanásio de Alexandria, Cirilo de Jerusalém, Efraim da Síria, João Crisóstomo, Hilário de Poitiers, Cassiano, Dâmaso de Roma, Nemésio de Emena, Evágrio do Ponto, Arnóbio, Lactâncio, Calcídio, Mário Victorino, Macróbio, além dos humanistas Ambrósio, na Itália, Jerônimo, em Belém, e Agostinho, na África, e dos padres capadócius Basílio de Cesareia, Gregório de Nazianzo e Gregório de Nissa. Como resultado do trabalho dessas *personas*, moradoras de várias partes do planeta, os últimos resquícios de paganismo esmaeceram e a Igreja sedimentava sua já iniciada tradição.

De acordo com Pierrard (2002), a “formação” e a “trajetória” desses padres do século IV podem ser assim resumidas:



[...] estudos literários que fazem deles escritores distintos, promissora carreira profana interrompida pela 'conversão', período fortalecedor passado em solidão, intensa actividade pastoral, acompanhada de forte influência doutrinal. (PIERRARD, 2002, p. 60).

Por aproximação e mesmo analogias, pode-se dizer que a vida sacerdotal ganha, desde o século II, um caráter mais intelectualizado, mais ativo, mais grupal, sem contar com uma dinâmica espacial. O que se apreende é que, no decorrer dos séculos, os padres, ou presbíteros, ou sacerdotes foram dando ao cristianismo e, em especial, à Igreja Católica, o alicerce que a mantém durante tantos milênios. Por meio deles que habitavam as mais diferentes regiões do mundo, o "cristianismo" foi construindo um *modus vivendi*, com uma filosofia e uma teologia próprias, que legitimou o catolicismo enquanto religião cristã.

Do século V ao XV, período em que os historiadores europeus denominaram "Idade Média", a Igreja Católica, que passou por várias fases reconhecidas como heresia, perseguição, cruzadas, inquisição, proibição de leituras (inclusive a Bíblia) etc – também se dedicou à formação sacerdotal. A *Epistula de litteris colendis*, datada de 787, além de mostrar a necessidade da santidade da vida e da dedicação ao ensino, prega que os candidatos ao sacerdócio

[...] não somente não devem negligenciar os estudos literários, mas, com toda humildade e por amor a Deus, devem aprender com perseverança para poder penetrar de forma mais fácil e correta os mistérios das escrituras. E, já que nas páginas sagradas encontram-se imagens, metáforas e outras coisas do gênero, evidentemente entenderá melhor seu sentido espiritual quem com maior profundidade tiver se instruído no magistério das letras. (G. M., I, 43 Apud MANACORDA, 1995, p. 132).

Um investimento possível esboçou-se no papado de Eugênio II (824-827), com a enunciação de uma legislação pontifícia sobre as escolas episcopais e que acabou perdurando até o Concílio de Trento, no século XVI. A motivação era clara:

Chegam-nos de alguns lugares notícias de que não se encontram mestres e que ninguém se interessa pelo estudo das letras. Portanto,



em lugares em que se fizer necessário, tomem-se todas as providências para nomear mestres e doutores que ensinem as letras, as artes liberais e os sagrados dogmas, pois nestes especialmente é que se manifestam os mandamentos de Deus. (CAN. IV apud MANACORDA, 1995, p. 133).

Segundo Manacorda (1995), entre o final do século VIII e metade do IX, Carlos Magno (747-814) e seus sucessores, bem como o Papa Eugênio II (?-827) e depois o Papa Leão IV (?-855) definiram um “novo” direito eclesiástico que fixou os princípios para a formação “profissional” do clero, nas sedes episcopais e cenobiais, sob a direção do Estado. Manacorda, ao recolher pistas deixadas por Chrodegango, Paulo Diácono, pelo próprio Carlos Magno e por Alcuíno, percebe, no que se refere à disciplina e aos conteúdos ensinados, que não só se aprendia Salmos, Música, Canto, Cálculo, Gramática, Ler e escrever, o *Trivium*, o *Quadrivium* e os Dogmas Sagrados, mas havia uma espécie de especialização, visto que, no interior da preparação e instrução religiosa, “[...] sugeria manter separados os que lêem os livros, os que executam o canto e os que estudam a escritura, e ter mestres especializados para cada grupo.” (MANACORDA, 1995, p. 134).

190

Ao adentrar no século X, percebe-se que as escolas do clero secular tinham como mestre o bispo (e nas paróquias, o pároco), a quem cabia a tarefa de ensinar as artes liberais e a doutrina cristã que culminava na Teologia. Com o passar dos anos, mas ainda na Idade Média, essa tarefa foi, por eles, transferida para um *scholasticus* ou *magischola*, cuja dignidade cresceu com o tempo, tanto que o *magischola* acabou assumindo, na Igreja, funções mais elevadas, transmitindo, através de uma espécie de investidura, a função de ensinar a um seu substituto, o *proscholus*. (MANACORDA, 1995). A partir desse momento, passou-se a vender a autorização de ensinar – a *licentia docendi* – fazendo com o ensino adquirisse o caráter de simonia, ato “reparado” apenas, em 1179, quando fora convocado o terceiro Concílio Lateranense pelo papa Alexandre III (1159-118) que reafirmou o compromisso da Igreja com o ensino dos clérigos e também dos pobres.

Somente no ano 1000, com uma razoável reconciliação entre o poder papal e imperial e com a crise do Império carolíngio, a Igreja passa a ser a fonte do direito escolar, o que lhe dá tanto o domínio sobre as escolas eclesiásticas como o poder de abrir escolas, tanto episcopais quanto paroquiais. Situação que ecoa até o século XIII, no qual vigoram não somente as



artes liberais e a doutrina religiosa, mas também a teologia enquanto conhecimento sistematizado.

Nos trezentos e, conseqüentemente, nos quatrocentos, o surgimento dos mestres livres proporcionou o aparecimento das “literaturas em vulgar” que, por sua vez, segundo Manacorda (1995, p.168), “[...] é o sinal do mundo moderno [...]”, pois uma nova literatura junto a uma nova cultura e a novos hábitos, deram ao clérigo o *status* de Intelectual, mesmo tendo que necessariamente aprender e ensinar a doutrina da salvação.

A “Idade média” destacou-se, todavia, mais do que tudo, pela tentativa de harmonizar fé e razão. Nesse sentido, sobressaíram-se o africano Agostinho de Hipona (354-430), ainda no final do século IV e início do século V, e o italiano Tomás de Aquino (1225-1274), no século XIII. O primeiro é o maior representante do pensamento patrístico, enquanto que o segundo é o maior expoente da escolástica.

Como comparar é “[...] reconhecer o igual e o diferente entre os elementos da comparação e, dessa forma, compreender cada caso em sua especificidade [...]” (NUNES, 1998, p. 2), faz-se necessária a comparação entre o papel desses dois doutos da inteligência católica, que pertenceram a diferentes contextos culturais. Afinal, é como afiança Sirinelli:

O meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrario, para colorir seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior. (SIRINELLI, 1997, p. 265).

Agostinho de Hipona que tinha mulher e filho, os deixou em nome da dedicação ao cristianismo, aderindo ao monastério. Tomás de Aquino, por sua vez, fugiu de casa, porque seus pais queriam que ele fosse beneditino de Montecassino, e juntou-se aos dominicanos mendicantes. Agostinho era homem simples, de família humilde; fez seus estudos de Retórica em Madaura, e, por falta de recursos, não deu continuidade em nenhum centro renomado, não o impedindo de estudar sozinho. Tomás de Aquino era de família abastada, e, ao entrar na ordem dominicana, estudou Filosofia em Nápoles e, depois, em Paris, onde se dedicou, sobretudo, ao ensino e ao estudo das “questões” filosóficas e teológicas, a exemplo da existência de Deus, do bem,



da verdade, da ciência de Deus, da moral, das idéias, da falsidade, do amor, da intenção, dentre outras. (AQUINO, 2000, 2003).

Baseando-se nas histórias de vida e nos itinerários de Agostinho de Hipona, adepto às idéias de Platão, e Tomás de Aquino, filiado ao pensamento aristotélico, pode-se afirmar que foram mestres de seus tempos. Agostinho, que viveu na época assinalada pelo maniqueísmo, donatismo e pelagianismo, ensinava o cristianismo aos fiéis e ao seu clero, em seu próprio mosteiro, Tomás de Aquino, fruto de uma época marcada pelas descobertas científicas e da criação das universidades, foi professor da Universidade de Paris, no reinado de Luiz IX. Ao ser sagrado bispo de Hipona (395), Agostinho submete seu clero à "Regra dos Apóstolos": "[...] comunidade dos bens na castidade e dentro de um ascetismo adaptado às possibilidades de cada um [...]." O que pregava para seu clero era a vida comunitária, onde tudo fosse de todos e que cada um tivesse "[...] de acordo com suas necessidades." (SPANNEUT, 2002, p. 207).

Era vontade de Agostinho que seus seguidores tivessem uma vida ascética, calcada na oração e na preparação intelectual e pastoral ou manual, fazendo alusão à primeira comunidade dos apóstolos. A liturgia, o catecumenato, a pregação mais de uma vez por semana, os encontros espirituais e todas as formas de zelo apostólico e visitas pastorais, foram atitudes imprescindíveis à imagem que ele e seus superiores queriam do clero. Sentimentos como justiça, caridade, iniciativa e humildade também eram evocados com esse mesmo propósito. (SPANNEUT, 2002).

Quando comparado a Agostinho, fica evidente que Tomás de Aquino ficou conhecido mais pelas reflexões que pelas práticas. Com seu pensamento sistematizado pelo qual a Teologia é, ao mesmo tempo, contemplativa e especulativa, e a fé é entendida como uma busca da inteligência, Aquino proporcionou à Igreja uma Teologia, fundada na revelação, e uma Filosofia, baseada no exercício da razão humana, que se fundem numa síntese definitiva entre fé e razão.

Em se tratando do campo das ideias teológicas, o que mais os aproxima, na verdade, é o que mais os diferencia. Para Agostinho, o homem pode chegar à verdade, mas, para isso, somente através da iluminação divina. Já, para Tomás de Aquino, o homem também chega à verdade, mas pela razão, ou seja, pelo conhecimento sensível, e pelo conhecimento intelectual. Segundo Agostinho, assim como para a visão sensível além do olho e da coisa, é



necessária a luz física, do mesmo modo, para o conhecimento intelectual, seria necessária uma luz espiritual. (AGOSTINHO, 1597).

Tomás de Aquino amplia o caminho aberto por Agostinho e observa que, através do conhecimento sensível, o homem colhe a essência das coisas. Essa essência passa em seguida, pelas operações humanas (conceber, julgar, raciocinar, elaborar) que adaptam a coisa ao intelecto, podendo ser a existência de Deus provada pelo resultado do raciocínio. Ou seja, pela experiência e não pela luz que emana, no ato de conhecer como acreditava Agostinho. Com tais argumentos, Aquino acabou legitimando a Filosofia e a Teologia, quando acentuou que aquela estuda todas as coisas pelas últimas causas através da razão, enquanto que a Teologia é a ciência que estuda Deus através da revelação. (AQUINO, 2000-2003).

É justamente nessa dimensão – teórica – que Tomás de Aquino, valendo-se do próprio Agostinho, o superou e passou a ser o grande mentor intelectual da Igreja, nos períodos que lhe sucedem, bem mais que outros doutores da instituição. Através dos tempos, a Filosofia e a Teologia do Doutor Angélico, título concedido a Tomás de Aquino, pelo Papa Pio V (1504-1572), em 1567, foram afirmadas e reafirmadas como doutrina da Igreja, como identificamos em textos de pensadores católicos do século XIV ao XXI, a exemplo do Papa Leão XIII (1810-1903), de São Pio X (1835-1914) e do próprio Papa João Paulo II (1920-2005).

O depoimento do Papa Urbano V, em carta à Universidade de Toulouse, expressa bem a importância e amplitude do pensamento de Tomás de Aquino. Disse ele: “Deveis seguir a doutrina do bem-aventurado Tomás, como verdadeira e católica, e aplicar todas as vossas forças a desenvolvê-la.” (URBANO V, 1368). Do mesmo modo, declarou Leão XIII, em sua Encíclica *Aeterni Patris*: “Entre os doutores escolásticos, Tomás de Aquino ocupa lugar preeminente como príncipe e mestre de todos eles.” (LEÃO XIII, 1879).

E isso se dilata até a declaração do Papa João Paulo II, em pleno século XX, quando apregoa:

As palavras do Concílio são claras: na íntima ligação com o pensamento cultural do passado, e em particular com o pensamento de São Tomás, viram os Padres um elemento fundamental para a adequada formação do clero e da juventude cristã, e portanto, em perspectiva, uma condição necessária para a desejada renovação da Igreja. (JOÃO PAULO II, 1979).



O que se pode perceber é que a Teologia de São Tomás de Aquino veio sedimentando-se ao longo dos tempos, sendo, inclusive, com raras exceções, a responsável pela formação teológica dos futuros prelados. Enquanto Agostinho está na História, sobretudo, por ter sido mestre de opinião relevante e autoridade moral, Tomás de Aquino permanece na mesma História por sua ciência que, através do uso de caminhos mais eficazes, obtém respostas às questões até então em aberto: A doutrina sagrada é ciência? Deus existe? É próprio do homem agir para um fim?... (AQUINO, 2000, 2003).

Diante de tal contexto e da gama de embasamentos que foram construídos ao longo da história da Igreja, cabe a pergunta: – Um conceito pré-definido do que é sacerdote, exemplos dignos de homens virtuosos, a institucionalização da Teologia como ciência, a união estável entre fé e razão e um teórico da doutrina da Igreja são elementos suficientes para fundamentar a formação sacerdotal nos tempos modernos?

Por certo, a Igreja mantinha, desde o século II, uma tradição de pensadores/ intelectuais, dentro da instituição. Eram eles que não só pensavam as leis e os caminhos seguidos, mas também os colocavam em prática. Tais homens eram geralmente padres, monges ou estudiosos da doutrina teológica, sendo, por isso, considerados intelectuais doutrinários da Igreja. Entretanto, suas ideias, leis e mesmo práticas, não surgiram aleatoriamente, elas foram, com o tempo, aprimorando-se, adaptando-se, renovando-se.

Ao analisar a elite intelectual da política francesa, no século XX, Sirinelli chega à seguinte conclusão:

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança como legatário ou como filho prodígio: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentativa de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita. (SIRINELLI, 1996, p. 255).

Assim, o “patrimônio dos mais velhos” se torna elemento de referência para se compreender o construto teórico e metodológico, no que se relaciona à formação do padre. É das experiências de vida, do movimento das ideias, do esclarecimento dos fenômenos de gestação dos meios intelectuais que se explicam as ações, as engrenagens determinantes e, por vezes, o funcionamento



do meio. Nesse caso, especificamente um modelo de formação que, porventura, pudesse ser construído ou mesmo posto em prática não poderia deixar de lado as experiências até então vividas, não poderia deixar de admitir o que deu certo, recusar o que não deu, ou mesmo aperfeiçoar alguma prática ou doutrina. Daí, a necessidade de entender a conjuntura pela qual passaram a Igreja e o catolicismo. É da experiência que saíram os fundamentos para o melhor modelo de formação de padres.

Era fim da Idade Média, em pleno século XVI, quando a Igreja encontrava-se em conflito em seu próprio seio, carecendo, o quanto antes, de uma reforma geral. Na tentativa de aperfeiçoá-la, no movimento conhecido como Reforma, o padre católico Martinho Lutero (1483-1546) fundou uma outra Igreja que ficou reconhecida como "Protestantismo". A hierarquia católica, por sua vez, com o propósito de assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesial, no que se designou movimento de Contra-Reforma, convocou, como já anunciado, na cidade de Trento, o seu décimo nono Concílio (1545-1563). Se, por um lado, o protestantismo teve ali seu nascimento; por outro lado, o catolicismo deu início ao seu re-nascimento.

Se, por um lado, a Igreja Católica estava filosófica e teologicamente bem definida, com os estudos de São Tomás de Aquino, por outro, muitos de seus sacerdotes, incumbidos de levá-la adiante, estavam muito aquém do desejado. De acordo com Pierrard (2002, 242) "A chaga do clero do século XVI era a Ignorância" – ignorantes! Eram assim considerados os clérigos pré-tridentinos. Eram considerados clérigos giróvagos, sem bispo, e incapazes de pronunciar as fórmulas dos sacramentos quaisquer que fossem.

Essa degradação do clero, somada ao movimento trazido por Lutero e pelos reformadores ao entendimento de sacerdote e ao *status* da Igreja, obrigou a Igreja tridentina a recomendar uma classe sacerdotal baseada na ação prática das mais elevadas virtudes. Para tanto, os mentores intelectuais do Concílio propuseram uma sólida formação intelectual e espiritual dos futuros padres, tendo como proposta "[...] um ser isolado, embora colocado no coração do mundo, cuja perfeição deverá exceder a dos religiosos e cuja acção terá de estar constantemente associada à de Cristo 'o religioso de Deus seu Pai'." (PIERRARD, 2002, p. 256).

Como já mencionado no capítulo primeiro, essa proposição de formação, que constaria da mais estrita e rigorosa disciplina clerical, deveria



acontecer num local apropriado – Seminário – onde se aprenderia mais convenientemente a sagrada escritura, livros eclesiásticos, canto, gramática, cálculo eclesiástico, além da administração dos sacramentos, e, em especial, homilia dos Santos e exercitar os demais ritos e cerimônias da Igreja (O SACROSSANTO E ECUMENICO CONCÍLIO DE TRENTO..., 1781), mesmo porque, quando da seleção dos “noviços”, além de privilegiar os filhos de matrimônio legítimo, havia o critério de só receber quem já soubesse ler e escrever.

A disciplina eclesiástica, nos Seminários diocesanos, também foi objeto de regulamentação por parte do Concilio de Trento:

[...] todas as catedrais metropolitanas e igrejas maiores que estas tenham a obrigação de manter e educar religiosamente e insistir na disciplina eclesiástica segundo as facultades e extensão da diocese, certo número de jovens da mesma cidade e diocese, e se não houver nestas, então que sejam da mesma província, em um colégio situado perto das mesmas igrejas ou em outro lugar oportuno conforme ache o Bispo. (O SACROSSANTO E ECUMENICO CONCILIO DE TRENTO..., 1781, p. 153).

196

As universidades seriam as instituições que completariam a formação, dando ao já sacerdote a condição necessária para colocá-lo ao lado dos mentores da Igreja. Embora o Concílio não tenha definido uma doutrina sobre a Igreja, há que se considerar medidas positivas, como o surgimento do Catecismo do Concílio (1556), a edição da bíblia em latim (a Vulgata) e a reforma do Breviário (1568) e do Missal (1570), bem como a transformação do calendário e do martiroológico (1582).

Nesse sentido, atesta Pierrard (2002), foi o Papa Paulo IV (1476-1559) o primeiro a aderir à reforma, quando transformou o “Sacro Colégio” – conjunto de Bispos de Roma – dando a ele uma fisionomia moralizadora, conseguida graças à determinação do uso do hábito clerical, do catecismo, do missal e do breviário, bem como da elevação do Colégio Romano (1551) à categoria de Universidade, em 1556. Foi dele também a iniciativa de atacar a Dataria (gabinete dos favores pontifícios e principal fonte de receita da Santa Sé) e perseguir os monges giróvagos por toda a Cristandade.

Pio V (1556-1572), sucessor de Paulo IV, também atuou, insistentemente, para a reforma do clero, quando introduziu no costume clerical os



mesmos: Catecismo, Missal e Breviário. Já a Gregório XIII (1572-1585) deve-se o caráter permanente da nunciatura (espécie de embaixada da Igreja, em cada nação) e a abertura de Seminários em outras regiões como Viena, Praga, Gratz e Japão. É também empreendimento seu a doação do novo prédio ao colégio Romano que passou a chamar-se "Universidade Gregoriana", em alusão ao seu nome. Do Papa Sisto V (1585-1590), sucessor de Gregório XIII, a reforma clerical recebeu a decretação das visitas regulares aos conventos e à organização das congregações cardinalícias. Já ao Papa Clemente VIII (1592-1605), a contribuição se fez presente quando da elevação ao cardinalato de intelectuais como o historiador Caeser Baronius (1538-1607) e o teólogo Roberto Francesco Bellarmino (1542-1621), pois tinha em mente fazer do "Sacro Colégio" um "corpo de elite" intelectual.

No conjunto das reformas doutrinárias, está, também a institucionalização de várias ordens religiosas, distinguidas, especialmente, pelo fervor monástico. São exemplos: os Teatinos (1517), os Barbanitas (1530), os Somascos hospitalários (1537?), os Camilianos (1590), os Irmãos da Misericórdia (1540), os Clérigos regulares das Escolas Pias (1578?) e principalmente os Irmãos da Companhia de Jesus (1540).

A Companhia de Jesus foi, decerto, a mais célebre e poderosa comunidade de clérigos regulares. Confessando votos de pobreza, castidade, humildade e de evangelização dos infiéis, os membros da Companhia que, desde 1547, haviam sido incumbidos do ministério do ensino, criaram os dois colégios que serviram de modelo para seus outros empreendimentos educacionais: o Colégio de Messina, na Sicília e o Colégio Romano, em Roma, onde, com sucesso, formou várias gerações de jesuítas. Lá, em principio, ensinavam Gramática, Retórica, Filosofia e Teologia. (ASSUMPÇÃO, 1982).

Além fronteiras geográficas, os jesuítas se estabeleceram e, em 1580, já contavam, somente na Europa, com cento e quarenta e quatro colégios. (PIERRARD, 2002). No Brasil, os padres da Companhia de Jesus fundaram escolas, colégios e mesmo seminários, em várias partes do território, ministrando aos nativos brasileiros e mesmo aos filhos dos colonizadores a educação escolar necessária para o convívio mútuo.

Assim como a Companhia de Jesus, a Congregação do Oratório, fundada por Felipe Nery, nesse mesmo século XVI, também dedicada à pregação e ao ensino, fora uma outra forma de renovação e formação clerical.



Sociedade sem votos públicos, a Congregação do Oratório tornou-se capital na Reforma Católica, na medida em que seus membros, que viviam em comunidade e tinham, por princípio, a obediência e dependência aos bispos, se espalharam por toda Europa, tendo por missão, aliar a uma cultura sólida, uma preocupação com a perfeição, fazendo, por isso, voto de dedicação perpétua a Jesus Cristo e à humanidade deificada.

Também desse século XVI são as ordens dos monges descalços (agostinhos, servitas, trinitários, carmelitas, a ordem franciscana autônoma dos capuchinhos, dentre outros), compostas por religiosos que preconizavam uma reforma mais austera, baseada na integridade dos costumes, no ascetismo, na caridade, na assistência social e, principalmente, no ensino.

Um outro expoente no tocante à formação do sacerdote e também do século XVI foi o sobrinho de Pio IV (1559-1565), sucessor de Paulo IV, Carlos Borromeu, bispo de Milão. Com seu ensino metódico do catecismo, a renovação da pregação pastoral, a restauração do espírito de penitência, a administração digna dos sacramentos, a visita metódica à diocese e a realização regular de sínodos diocesanos e provinciais, Borromeu estabeleceu alguns dos parâmetros cruciais para a “nova” formação do sacerdote, para serem seguidos em todo o mundo católico.

Nesse tempo – final do século XVI e início do século XVII – momento histórico em que a Igreja Católica reformada sente a necessidade cada vez mais premente de combater os protestantes e alargar o seu campo de atuação, percebe-se que ela intensificou, ainda mais, sua presença em várias partes da Europa, a exemplo da Irlanda, da França, da Espanha, da Inglaterra, da Alemanha, da Bélgica e da Holanda. Tais investimentos, entretanto, tiveram como contrapartida uma luta ainda maior por parte dos protestantes, com massacres e mortes, até que a Companhia de Jesus assumiu o compromisso de (re)conquistar os fiéis. De modo pacífico, os padres da Companhia foram ganhando *status*, embrenhando-se, como já dito, fora da Europa, na Ásia, na África e na América, sendo ajudado ou mesmo substituídos por quadros de outras congregações, a exemplo dos dominicanos, franciscanos, dentre outros vigários apostólicos saídos de missões estrangeiras.

Ao analisar os séculos comparativamente, percebe-se que, embora trouxesse resquícios do século XVI, o século XVII estava longe das agruras vividas durante a Idade Média. Em pleno século XVII, a atmosfera enfrentada



pela Igreja encontrava-se marcada pelas descobertas científicas: na medicina, a descoberta, por William Harvey (1578-1657), da circulação sanguínea; na educação, encontramos investimentos na instrução popular e na ciência tivemos o caso da geometria analítica, de René Descartes (1596-1650), a astronomia, de Galileu Galilei (1564-1642) e a lei da gravitação universal, de Isaac Newton (1642-1727). Tivemos, também, uma revolução matemática a partir do cálculo de Gottfried Leibniz (1646-1716).

Tais descobertas deixaram o catolicismo na defensiva e apresentado sinais de cansaço, forçando-o a um reordenamento estrutural que permitisse uma contrapartida por parte da tradição religiosa. Considerado por muitos o século francês ou o século da escola francesa de espiritualidade, o século XVII adotou uma teologia mística reavivada pelo agostinismo, pelo humanismo cristão e pela aptidão em realizar obras úteis e que professava a transcendência de Deus e do mistério do Cristo encarnado. Essa teologia acabou por orientar toda a vida espiritual moderna, sendo, por isso, esse século, considerado o século das congregações religiosas, inclusive femininas: Carmelitas, Ursulinas, Filhas de São Thomas, Teatinas e Bernardinas.

Assim, o século XVII é o século de “Pedro Bérulle”, divulgador dos oratorianos; é o século de Bourdoise, criador da Comunidade Paroquial de Saint-Nicholas de Chardonnet, onde de 1631 a 1644 formaram-se mais de “[...] quinhentos padres e clérigos vindos de toda a França.” (PIERRARD, 2002, p. 257); é também o século de Olier, pároco de Saint-Suplice, em Paris, que formou, no seu Seminário interdiocesano, três perfis de padres: aspirantes ao clero, com funções paroquiais; uma reserva de padres dirigentes, com incumbências de administrar as entidades criadas pela Igreja e um outro perfil que primava pela santidade.

Ainda desse século, é também o padre normando João Eudes (1601-1680), fundador da “Congregação de Jesus e de Maria” (1643), cujos componentes encarregaram-se dos Seminários da Normandia e formaram o seu apostolado a partir do contato com os mais humildes. É dessa tradição de padres formados junto aos segmentos pobres que descende Vicente de Paula (1581-1660). De família humilde e vivenciando as calamidades pelas quais o povo passava, a exemplo da mendicância, Vicente de Paula revelou-se um padre de grandes obras quando se encaminhou para a evangelização dos campos, a proteção dos pobres e a formação doutrinária dos padres. Para melhor formá-los, ele organizou retiros ou exercícios espirituais e conferências



(toda terça-feira) quando reunia a elite do clero francês. É ele o fundador dos Lazaristas, futuros responsáveis por uma formação sacerdotal em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

E foi, justamente, sob os auspícios doutrinários de um clero mais bem formado e com amplitude de ações apostólicas que nasceram a Sociedade e o Seminário das Missões Estrangeiras (1664) que deram origem a empreendimentos como o Seminário Saint-Espirit (1702) para a formação religiosa de um clero voltado às regiões mais pobres; a Companhia de Maria (missionários dos campos); os Irmãos do Espírito Santo (mais tarde Irmãos de São Gabriel) e as Filhas da Sabedoria. Todos eles originários da atuação de Louis-Marie Grignon (1673-1716), de Montfor (que havia sido aluno de Olier). Assim como Louis-Marie, encontram-se Schacht e Jeningen, na Alemanha, López e González, na Espanha, Segneri e João Batista de La Salle (1651-1719), na França.

Como “Comparar é uma forma própria de pensar as questões [...]” (NUNES, 1998, p. 1), ao contrastar o século XVII com o XVIII, percebo o quão alicerçada foi a cultura do século XVIII pelo século XVII e quão parecidos são, quando o assunto é catolicismo. Como que se completando, eles têm em comum o reinado do catolicismo esclarecido. O século XVIII, entretanto, é considerado o “século das luzes”, é reconhecido no plano das ideias por nomes como John Locke (1632-1704), Bernard Fontenelle (1657-1757), Denis Diderot (1713-1784), Jean le Rond d’Alembert (1717-1783), Voltaire (François-Marie Arouet) (1694-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Montesquieu (Charles-Louis de Secondat) (1689-1755), Alexander Pope (1688-1744), David Hume (1711-1776), Adam Smith (1723-1790), dentre tantos outros não menos importantes que penetraram na mentalidade europeia, com suas críticas ao catolicismo, ironizando contra as superstições, criticando os dogmas e, por vezes, negando a existência de Deus.

O que se pode alcançar, nesse século e no que o antecedeu, foi que tais pensadores, teóricos da filosofia, da medicina, da educação, da matemática, da política e mesmo da economia, sem dúvida alguma, por suas descobertas, pelo domínio da ciência nos vários campos do saber, pela crescente crítica à fé católica e mesmo pela ausência da Igreja católica, nas discussões dos problemas candentes, contribuíram para que a predominância de Roma sobre o mundo se visse enfraquecida e a Igreja repartida. O que fica



ainda mais evidente se somarmos à má reputação que a Igreja foi acometida pela cobrança de suas indulgências, pelo jansenismo e pelo galicismo.

Ainda no século XVIII, por imposição de José II (1741-1790), imperador do Sacro Império Romano, o Papa Clemente XIV (1705-1769) suprimiu a Companhia de Jesus e os mosteiros dos contemplativos. O objetivo era redirecionar a ação da Igreja para o domínio dogmático e combater o misticismo, reconduzindo a Igreja ao seu estágio de primitiva pureza. Com sua personalidade forte, José II acabou por deliberar, significativamente, acerca da formação sacerdotal, na medida em que vigiava, de perto, os seminários, censurava sermões, proibia procissões e peregrinações e regulava os cultos. Conhecido por Josefismo, tais atitudes do imperador José II derrubaram barreiras, sendo apropriada por vários reis, em várias partes do mundo, a exemplo da Bélgica, da Toscana e da Áustria.

Assim, com o intuito de reverter a situação e colocar a Igreja à frente, no mesmo horizonte da modernidade em curso, intelectuais católicos primaram pelo *Aufklärung* (esclarecimento) católico, saindo na frente a Europa, em especial, os países germanos – Áustria, Baviera e Renânia. De acordo com Pierrard:

[...] a Igreja faz o seu exame de consciência e, dessa forma, põe fim 'à mediocridade dos estudos sagrados'. Tudo é renovado, desde os estudos teológicos à formação dos padres, das práticas de devoção ao ministério pastoral aplicado aos problemas sociais e econômicos. (PIERRARD, 2002, p. 279).

201

Tais iniciativas reformistas visavam à reparação do nível cultural e social do clero e, por extensão, dos fiéis, proporcionando sua inserção na vida religiosa cotidiana. Na França, por exemplo, mais precisamente pelo galicismo, regime que subordina a Igreja ao poder temporal, fazendo do padre um funcionário, encontrava-se um clero douto e partícipe da revolução intelectual e do "movimento iluminista", embora facilmente prevaricador, pouco romano e influenciado pelo jansenismo.

Quando adentro a historiografia do século XIX, compreendo que este veio solidificar os fundamentos filosóficos, teológicos e doutrinários até então descobertos, como imprescindíveis para formação do padre e principalmente para o catolicismo. Trata-se do século de Napoleão Bonaparte (1769-1821) e do Movimento do Ultramontanismo. Partidário do galicismo e do jofesismo, Napoleão os impôs aos seminários da França, bem como proibiu todas as



manifestações de colegialidade episcopal, codificou a organização eclesiástica e determinou a ingerência do Estado na organização eclesiástica.

Apesar do repúdio de Roma e de alguns padres que compunham algumas Igrejas cismáticas, Napoleão é visto como o Imperador francês que devolveu vida à Igreja, na medida em que despertou nela reações diversas. Ele considerava a religião um mecanismo essencial à máquina imperial, pois, com seu clero concordatário, dominado e hierarquizado, conseguia guardar os costumes e a ordem. Sem contar que suas orações e suas ações, por ocasião das vitórias do imperador, consolidavam a fidelidade do povo ao regime.

Assim, se, por um lado, o Imperador Napoleão Bonaparte introduziu, no seu império, o galicanismo; por outro, a Igreja tinha, no ultramontanismo – doutrina católica que tem Roma como referência –, a saída para a homogeneização do catolicismo. Enquanto Napoleão tinha no *Catecismo Imperial*, imposto em 1806, sua maneira de submeter o clero a suas querenças, a Igreja tinha, no *Gênio do Cristianismo*, de François-René de Chateaubriand (1768-1848), sua apologia. E assim temos, ao longo do século, um país laico onde figuram, ao menos, dois perfis de padres: aquele servidor do Estado e aquele servo da Igreja romana.

202

No restante do mundo católico, encontram-se esses dois perfis de padre. Mas com a tendência ao laicato, a presença cada vez mais constante da maçonaria e do liberalismo e segundo as orientações de Félicité de La Mennais (1782-1854) que pregava a necessidade de uma Igreja livre e viva, sem as amarras políticas e na qual Roma era fonte de um cristianismo livre, as “Igrejas nacionais” foram aos poucos se voltando para Roma como forma de manter uma homogeneidade doutrinal e teológica.

Como se pode perceber, a Igreja contou, direta ou indiretamente, em suas revisões, com “nomes” que compõem não só o território católico, mas sobretudo a história mundial. E é justamente nesse sentido que se assiste à importância do intelectual, seja na criação, mediação ou no engajamento. São intelectuais que, de uma maneira ou de outra, tornaram-se responsáveis pelos caminhos seguidos pela instituição.

E é seguindo essa mesma lógica que se percebe, na segunda metade do século XIX, sem as amarras oriundas do regime de padroado e visando à ascensão do catolicismo, o Papa Pio IX (1846-1878) agindo como um intelectual criador e engajador. Quando restaurou algumas ordens antigas, multiplicou



os colégios e fundou mais congregações clericais, como a dos Maristas, dos Padres do Santíssimo Sacramento, dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, dos Assuncionistas e mesmo dos Salesianos. Tais ordens e tantas outras enveredaram pela educação e já, em 1854, contavam, somente na França, com três mil e trinta e oito instituições “publicas” (abertas). Esse número é alargado quando se percebe a presença da Igreja no restante do mundo e o aumento considerável de congregações religiosas vocacionadas para o trabalho, no ensino e na saúde. (PIERRARD, 2002).

Se, por um lado, a ascensão do cientificismo, em detrimento do catolicismo, obrigou a Igreja a aderir a uma teologia baseada na moral e na apologética, que satisfazia mais o sentimento religioso do que o espírito racional, do outro, convivendo com nomes como Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) e Charles Darwin (1809-1882) que deram um ultimato à Igreja, no que concerne à “origem da vida”, o “padre” Ernest Renan (1823-1892) escreveu *O futuro da Ciência* (1848/1890) e *A Vida de Jesus Cristo* (1863) que, não fosse a sacudida que deu no seio da Igreja, teriam sido apenas um escândalo sem frutos.

Por causa das ameaças de descrédito em suas crenças e em sua pedagogia, pelo liberalismo, pelo socialismo, pelo racionalismo e pelo positivismo, ela, a Igreja, optou por inibir sua participação política, no que diz respeito à preparação do seu clero, contando, para isso, com uma formação sacerdotal do tipo santo, que teve no padre João Maria Batista Vianney (1786-1859), o Cura d’Ars, um modelo a seguir. Apesar de não ser considerado um padre letrado, o padre Vianney possuía qualidades imprescindíveis ao sacerdote que se queria formar, pois, com seu estilo de vida centrado na mortificação, oração e caridade, bem como com sua administração do sacramento da Penitência e mesmo na direção espiritual das almas, tornou-se um exemplo de vida cristã não somente em Ars, mas em todo o mundo cristão. Assim, estava posto um modelo moral de padre: cumpridor dos seus deveres de pregação, catecismo, celebração dos ofícios, administração dos sacramentos e responsável por elevar a vida espiritual de seus fiéis.

Por essas e outras redefinições da formação sacerdotal, dois papas, mais que outros, sobressaem-se nesse período: Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903). O primeiro, além de ter criado as já ditas congregações e colégios, convocou, em 1869, o Concílio Vaticano I que concebeu uma Constituição dogmática intitulada “*Dei Filius*”, exaltando a Fé católica e uma



outra de nome “*Pastor Aeternus*”, decretando o primado e a infalibilidade do Papa. O segundo foi aquele que, percebendo que o mundo não era somente cristão, apresentou, como princípio, a liberdade da consciência religiosa “[...] como garantia dos direitos da pessoa e o princípio do bem comum como norma de fidelidade de Estado.” (PIERRARD, 2002, p. 331).

Foi também de Leão XIII a iniciativa de transformar o tomismo (filosofia e teologia de São Tomás de Aquino) em doutrina da Igreja. Pierrard (2002, p. 167) frisa que os princípios do tomismo permitiam “[...] o aprofundamento da tradição e a resolução dos problemas postos pela evolução das artes, das ciências, da sensibilidade humana e das estruturas sociais.” (PIERRARD, 2002, p. 167). Acerca de o tomismo ser uma doutrina formativa, afirmava o Papa Leão XIII, em sua Encíclica *Aeternus Patris*, dedicada a todos os Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos de todo o mundo católico em ação e comunhão com a Santa Sé Apostólica:

Dizemos doutrina de São Tomás, porque se se encontrar nos Escolásticos, alguma questão demasiado sutil, alguma afirmação inconsiderada, ou alguma coisa que não esteja em harmonia com as doutrinas experimentadas nos séculos posteriores, ou que seja finalmente destituída de probabilidade, não intentamos de modo algum propô-la para ser repetida em nossa época. (LEÃO XIII, 1879, p.14).

Para Leão XIII, São Thomas de Aquino “[...] entre todos os doutores escolásticos, brilha, como astro fulgurante, e como príncipe e mestre de todos.” (LEÃO XIII, 1879). Sobre ele e sua filosofia orientadora, afirma:

De espírito dócil e penetrante, de fácil e segura memória, de perfeita pureza de costumes, levado unicamente pelo amor da verdade, prehe de ciência divina e humana, justamente comparado com o sol, aqueceu a terra com a irradiação de suas virtudes e encheu-a com o resplendor de sua doutrina.

Não há um ponto da filosofia que não tratasse com tanta penetração como solidez. As leis do raciocínio, Deus e as substâncias incorpóreas, o homem e as outras criaturas sensíveis, os atos humanos e seus princípios, são objeto das teses que defende, nas quais nada falta, nem a abundante colheita de investigações, nem a harmoniosa coordenação das partes, nem o excelente método de proceder, nem a solidez dos princípios, nem a força



dos argumentos, nem a lucidez de estilo, nem a propriedade da expressão, nem a profundidade e gentileza com que resolve pontos mais obscuros.

Ainda mais: o Doutor Angélico buscou as conclusões filosóficas nas razões e princípios das coisas, que têm grandíssima extensão e encerram em seu seio o germe de quase infinitas verdades, para serem desenvolvidas em tempo oportuno e com abundantíssimo fruto pelos mestres dos tempos posteriores. (LEÃO XIII, 1879, p. 13).

No tocante aos fundamentos doutrinários da formação sacerdotal, indubitavelmente, a Filosofia e a Teologia de São Tomás de Aquino encontram-se nos postulados de uma aprendizagem universal para todos os aspirantes ao sacerdócio. Essa seria então, por assim dizer, a formulação da Santa Sé Apostólica quando se pensa a educação e a formação sacerdotal, entre meados do século XIX e início do século XX.

Quanto ao mais, diligenciem os mestres, cuidadosamente escolhidos por vós, fazer penetrar no espírito dos discípulos a doutrina de São Tomás; façam, sobretudo, notar claramente quanto esta é superior às outras em solidez e elevação. Que as Academias que tendes instituído ou houverdes de instituir para o futuro, expliquem esta doutrina a defendam e utilizem para refutação dos erros dominantes. (LEÃO XIII, 1879, p. 14).

Por isso, seria possível dizer, com cautela e prudência, que o modelo de formação de padres foi construído, ao longo dos séculos, referenciando-se na análise das experiências vivenciadas. Em um momento da história, bastaria o carisma para se tornar sacerdote; em outro, bastava o conhecimento, já em outro, o que o pautava era a vida ascética, em outro a obediência à instituição estatal, em outro, bastava ser ordenado pelo Estado, até que os membros da hierarquia católica decidiram por uma formação doutrinal, filosófica e teológica, em lugar específico de formação – o Seminário. Desse modo se pode perceber que, assim como se descartaram algumas práticas, aproveitaram outras, adaptaram umas e incorporaram novas, fazendo do modelo de formação de padre, um modelo escolar com métodos, saberes e regras próprias.

Nesse sentido, pode-se dizer que a formação sacerdotal não se traduziu nesta ou naquela forma de escolarizar o Padre, mas foi uma junção de procedimentos educativos e doutrinários que teve por base o desenvolvimento



do “carisma”, uma educação escolar e principalmente o cultivo do bom comportamento para que servisse de exemplo de integridade de costumes.

Ao perceber os fundamentos da formação do sacerdote, ao longo dos tempos, nota-se que houve a necessidade de uma sistematização, bem como da incorporação de determinados saberes e condutas aprimoradas a cada local, a cada tempo, enfim, a cada experiência. Desse modo, a Igreja Católica Apostólica Romana chega, ao século XX: separada do Estado, ultramontana, convivendo com a modernidade (liberalismo, maçonaria, positivismo) e o protestantismo, com congregações abrangendo várias áreas (educação, saúde, assistência social, etc) e com um perfil de padre pré-definido: apostólico, diocesano ou regular, virtuoso, formado em Seminário (por vezes também em universidades) sob a égide da Filosofia e Teologia de São Tomás de Aquino, sendo lastreada pelas diversas congregações/ordens criadas.

Esse amplo quadro, que tem como centro da discussão o cristianismo, sua origem, organização hierárquica, bem como a sua doutrina e a formação de seus quadros, também fora pintado na “parede” do Brasil republicano. As políticas liberais não tinham, nos membros da maior instituição religiosa, apoio irrestrito. A maçonaria, depois da “Questão Religiosa”, ou seja, do conflito entre esta e a Igreja na década de 1870, não mais conseguiu se reconciliar com a fé católica; o sistema positivista passou a ser o maior algoz do catolicismo, propondo à existência humana valores completamente distanciados da teologia ou da metafísica. Quanto ao protestantismo, este ascendia, significativamente, como alternativa ao catolicismo. Portanto, como forma de combater tais insurgências, o Catolicismo no Brasil, e, também, no restante do mundo, adere ao ultramontanismo e intensifica sua reforma tendo, como principal ponto de partida, a (re) formação de seus quadros eclesiásticos.

## Notas

- 1 Consta que no ano 180 tomou [a Escola Catequética] um caráter mais científico, quando se encarregou de sua direção Panteno, filósofo estóico convertido.
- 2 Se distinguiam por sua tendência a interpretação alegórica da Escritura, em que buscam sempre, fora do sentido literal, outro sentido mais profundo e misterioso.



## Referências

AGOSTINHO, Bispo de Hipona. **Meditaciones, solilóquio, y manual del glorioso doctor de la Iglesia San Augustin**. Tradução Pedro de Ribadenerya. Madrid: Iuz Sanchez, 1597. Disponível em: <<http://purl.pt/11491/3/P1.html>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Confissões**. 5. ed. Tradução J. Oliveira e A. Ambrósio de Pina. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1955.

ALMEIDA, Frei Humberto Pereira de. **O sacerdócio e sua história**. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

AQUINO, Tomás de. **Suma telógica**. São Paulo: Loyola, 2000, 2003. (v. 1-8).

\_\_\_\_\_. **Sobre o ensino (De magistro), os sete pecados capitais**. 2. ed. Tradução Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ASSUNÇÃO, Tomás. Lino de. **História geral dos jesuítas**. 2. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

BÍBLIA SAGRADA. **Epístola aos hebreus**. Tradução Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave Maria, 1989.

\_\_\_\_\_. **Levítico**. Tradução Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave Maria, 1989.

\_\_\_\_\_. **1 Timóteo**. Tradução Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave Maria, 1989.

BRASIL. **Constituição 1891**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2006.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução K. B. Gerhardt e R. V. Majer. São Paulo: UNESP, 2002.

DICCIONARIO de Derecho Canonico. Paris: Libreria de Rosa y Bouret, 1867.

JOÃO PAULO II. **Discurso do Papa João Paulo II na visita ao pontifício ateneu internacional "angelicum"**. Roma, 1979. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1979/november/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19791117\\_angelicum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/november/documents/hf_jp-ii_spe_19791117_angelicum_po.html)>. Acesso em: 13 out. 2007.



LEÃO XIII. **Diuturnum illud** – sobre la autoridade política. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_29061881\\_diuturnum\\_it.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_29061881_diuturnum_it.html)>. Acesso em: 23 set. 2007.

\_\_\_\_\_. **Immortale dei** – sobre a constituição cristã dos estados. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_01111885\\_immortale-dei\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei_en.html)>. Acesso em: 22 set. 2007.

\_\_\_\_\_. **Libertas praestantissimum** – sobre la libertad y el liberalismo. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_20061888\\_libertas\\_sp.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_20061888_libertas_sp.html)>. Acesso em: 25 set. 2007.

\_\_\_\_\_. Encíclica “satis cognitum”. In: DENZINGER, Heinrich (Org.). **Compêndios dos sínodos, declarações de fé e moral**. Tradução José Mariano e John Konings. São Paulo: Paulinas/Edições Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. Encíclica “**Aeterni Patris**” – a todos os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos de todo o mundo católico em ação e comunhão com a santa sé apostólica. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-iii\\_enc\\_04081879\\_aeterni-patris\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-iii_enc_04081879_aeterni-patris_en.html). Acesso em: 24 set. 2007.

208

LIÉBAERT, Jacques. **Os padres da igreja**. Tradução Nadyr Salles Penteadó. São Paulo: Edições Loyola, 2000. (v. 1, séculos IV).

LLORCA, Bernardino. **Manual de historia eclesiástica**. 3. ed. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1951.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 4. ed. Tradução Gaetano Lo Mônaco. São Paulo: Cortez, 1995.

NUNES, Clarice. História da educação e comparação; algumas interrogações. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (Org.). **Educação no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.1-14, jan./jun. 1998.

O MÉTODO Pedagógico dos Jesuítas. **O “Ratio Studiorum”**. Tradução Leonel Franca S. J. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

O SACROSANTO e Ecumênico Concílio de Trento em latim e português. Lisboa: Oficina Patriarc de Francisco Luiz Aneno, 1781. (João Baptista Reycend, Organizador).



PIERRARD, Pierre. **História da igreja católica**. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Planeta Editora, 2002.

RENAN, Ernest. **Vida de Jesus**. Tradução Eliana Maria de A. Martins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. Elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre (Org.). **Por uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

SPANNEUT, Michel. **Os padres da igreja**. Tradução João Paixão Neto. São Paulo: Edições Loyola, 2002. (v. 2, séculos IV-VIII).

Profa. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto  
Universidade Tiradentes  
Núcleo de Educação a Distância  
Grupo de Pesquisa em História da Educação: intelectuais,  
instituições e práticas Escolares | UFS  
Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais | UNIT  
E-mail | raylanenavarro@bol.com.br

209

Recebido 5 maio 2009

Aceito 18 maio 2009